

Os movimentos da *comunidade* de Paracatu de Baixo (MG) após o rompimento da barragem de Fundão¹

Gabriela de Paula Marcurio (PPGAS – UFSCar)²

Pretendo apresentar minha pesquisa com a *comunidade* de Paracatu de Baixo, em Mariana, Minas Gerais. Meu objetivo é mostrar como os movimentos formam a noção de *comunidade*, tanto em suas variações semânticas, quanto em suas práticas. Esses movimentos abrangem tempos, deslocamentos, lugares e atividades que regem a vida social dos moradores. A *comunidade* foi devastada pelo rompimento da barragem de rejeitos minerais de Fundão, propriedade das mineradoras Samarco S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Ltda., em 05 de novembro de 2015. As *atingidas* e os *atingidos* foram deslocados compulsoriamente para a sede municipal, onde vivem em casas alugadas pela Fundação Renova, representante das mineradoras. O trabalho na roça, a relação de vizinhança, as trocas e circulações de gentes e alimentos oriundos dos quintais, a pesca no rio Gualaxo do Norte, as idas e vindas da cidade, bem como os rituais católicos foram interrompidos. A imposição dessa organização socioespacial reduziu os encontros dos moradores às *reuniões* da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF), atividade que marca a rotina extraordinária, oximoro que utilizo em referência à vida de incertezas e inseguranças na cidade. Por outro lado, uso o pleonasma cotidiano ordinário para me referir aos movimentos típicos da vida em Paracatu, conforme os moradores narraram, indicando a centralidade da noção de *comunidade*, marcada antes e depois do rompimento da barragem. A/os *atingida/os* criaram esse método comparativo que mobiliza o passado para falar do presente e do futuro. Dessa forma, remetem aos fluxos do rio; às mudanças dos terrenos de acordo com os casamentos dos filhos e os ciclos agrícolas; e, às festas do Padroeiro Santo Antônio, do Menino Jesus e da Folia de Reis ao reivindicarem seus modos de vida. Minha hipótese se estende para o processo de reassentamento, pois argumento que os esforços da/os *atingida/os* estão na combinação de movimentos, atualizando os do passado e desenhando novos trajetos, a exemplo do movimento social, para construir modos de vida dinâmicos. Assim, os moradores anunciam como a *comunidade* era, não para reproduzir suas formas, mas para afirmar o que “a comunidade quer”, em um embate constante com as formas estáticas utilizadas pelas mineradoras para a “reparação” do desastre.

Palavras-chave: Comunidade, Movimento, Desastre.

Introdução

Neste trabalho apresentarei o problema central de minha pesquisa em andamento, cujo objetivo é investigar a noção de *comunidade*³ entre os moradores de Paracatu de Baixo, no distrito de Monsenhor Horta, município de Mariana, Minas Gerais. A minha hipótese parte das narrativas que ouvi, durante breves estadias iniciais

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos. Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, processo nº2019/27182-8, orientada pelo Prof. Dr. Jorge Villela.

³ Em itálico estão os termos mais utilizados pelos moradores de Paracatu de Baixo. Entre aspas duplas estão as citações diretas de falas de meus interlocutores e de referências bibliográficas.

com os moradores, e se concentra na polissemia de *comunidade* em referência a diferentes territórios, pessoas e tempos. Nesse sentido, articulo suas falas com as características de seus modos de vida, na medida em que remetem a movimentos, em sentidos amplos que abrangem deslocamentos territoriais, circulação de pessoas entre a zona rural e a zona urbana, ciclos agrícolas, fluxos do rio Gualaxo do Norte, práticas religiosas e mobilizações do passado no presente e na luta pelo futuro.

Aproximadamente trezentos moradores viviam em Paracatu de Baixo quando, em 05 de novembro de 2015, a barragem de Fundão se rompeu, liberando 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos minerais, destruindo a maior parte do território da *comunidade*. As famílias foram deslocadas compulsoriamente para a sede municipal, onde vivem até hoje, sem seus quintais com verduras e frutas, sem suas roças de mandioca, milho e feijão, os principais meios de trabalho e fonte de alimentação dos moradores.

Esse é o maior desastre envolvendo rompimento de barragem de rejeitos do mundo e o maior crime socioambiental do Brasil, cometido pela Samarco S.A., propriedade da Vale S.A. e da BHP Billiton do Brasil Ltda., duas das maiores mineradoras globais (cf. MILANEZ e LOSEKANN, 2016). A *lama* de rejeitos matou 19 pessoas entre trabalhadores da Samarco e moradores de Bento Rodrigues, o primeiro subdistrito atingido. Destruiu cercas, pontes, casas e estradas. Arrastou árvores e animais. Poluiu a Bacia do Rio Doce e devastou mais de 1469 hectares de terra, atravessando 41 municípios em uma extensão de 663 quilômetros de Mariana (MG) a Linhares (ES), até desaguar no Oceano Atlântico (PoEMAS, 2015, p. 9).

A dimensão do desastre sugere que seus efeitos são incomensuráveis. A luta por reconhecimento e garantia dos direitos das *atingidas* e dos *atingidos* completa cinco anos com avanços importantes, mas poucas resoluções. Em Mariana foi organizada a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) com o auxílio do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e da assessoria técnica da Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais. Por outro lado, as mineradoras e os governos dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo firmaram o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), cujo um dos resultados foi a Fundação Renova, organização responsável pela “reparação” do desastre, coordenada pelas empresas criminosas.

Dessa forma, os moradores de Paracatu de Baixo foram tragados por embates jurídicos disputados em escritórios, nas reuniões, assembleias e audiências. Eles precisaram “aprender a ser atingido” e “aprender a linguagem”, mais uma das

imposições desse crime. Acompanhando as atividades da *comunidade*, percebi que as *atingidas* e os *atingidos* utilizam recorrentemente um método comparativo para distinguir a vida antes e depois do rompimento da barragem. Nesse processo, os moradores mencionam seus modos de vida “em Paracatu” em contraste com suas vidas “em Mariana”. O passado é acionado para as reivindicações dos direitos soterrados na luta pela “reparação integral”, a qual o reassentamento é um ponto fundamental.

Assim, partindo de dois tipos de movimentos, o deslocamento compulsório e a mobilização do passado nas deliberações no presente, voltei minha atenção aos diferentes movimentos que aparecem nas narrativas das *atingidas* e dos *atingidos*. Pretendo mostrar que se, por um lado, os movimentos parecem intrínsecos à vida em Paracatu de Baixo, por outro lado, na cidade os movimentos ora são intensificados, com a inserção de um movimento político institucionalizado, mais próximo às organizações de movimentos sociais, ora o mundo parece estagnado, numa organização temporária e incerta que confina os moradores em “casas da Renova”, longe de seus vizinhos e parentes, com as crianças “presas”, sem “liberdade”.

Seguindo o método de meus interlocutores, divido o texto em duas partes utilizando duas figuras de linguagens para agrupar suas narrativas. Denomino a primeira parte com o pleonasma cotidiano ordinário para mostrar os movimentos diários que definiam os modos de vida na *comunidade*, de acordo com o que os moradores me contaram a respeito do que “a comunidade era” e do que “é da comunidade”. Na segunda parte, chamada pelo oxímoro rotina extraordinária, refiro-me à vida após o desastre, mostrando como a *comunidade* é confiscada⁴, nos termos de Villela (2020), pelas mineradoras e como as *atingidas* e os *atingidos* reivindicam seus modos de vida, atualizando movimentos do passado e desencadeando novos movimentos, indicando o que “a comunidade quer”.

Cotidiano ordinário

Acompanhei os moradores de Paracatu de Baixo por 50 dias entre outubro de 2018 e fevereiro de 2019. Nesse período, participei de doze reuniões de *atingidos* com técnicos da Renova e/ou da Cáritas. A maioria desses encontros eram debates a respeito do projeto de reassentamento. Nessas ocasiões era muito comum ouvir um morador

⁴ “Confiscar não é apenas explorar nem expropriar. É decompor e recompor uma composição, transformar composição em organização, rearticular as suas partes impedindo por diversos meios (legais, regulamentares, perceptivos, morais, familiares, arquitetônicos, epistemológicos) que elas perseverem a composição anterior.” (VILLELA, 2020, p. 282)

começando uma fala anunciando: “Em Paracatu era assim...”, seguido por uma caracterização da construção de uma casa, da utilização da água das nascentes ou do poço, ou ainda a organização de uma celebração católica, como a Festa do Padroeiro Santo Antônio, a Festa do Menino Jesus, a carreata de Nossa Senhora Aparecida e a Folia de Reis.

A vida “em Paracatu” é apresentada pelos moradores em contraste com a vida “em Mariana”, mesmo fora das reuniões. As lembranças e diferenças dos modos de vida na roça e na cidade se manifestam ininterruptamente, como ficou evidente a mim quando eu estava na casa de Dayanne, deslocada compulsoriamente de Paracatu de Baixo que vive atualmente na periferia de Mariana. Conversávamos enquanto ela preparava o almoço, quando ela exclamou indignada me mostrando a alface: “Essa alface, por exemplo, não dá para nada, a gente vai comer tudo. Aqui vendem a alface pequena e é dois reais! Lá a gente tinha quanto alface quisesse, eram pés grandes”.

O que denomino de cotidiano ordinário aparece constantemente na fala das *atingidas* e dos *atingidos* para falar da *comunidade*, quer seja pensando em contrastes para deliberações no presente ou para reivindicações pensando em resultados futuros, quer seja para atualizar e compartilhar memórias. Nas conversas que tive com os moradores foi recorrente a menção a algum acontecimento ou característica de Paracatu. Adiante tentarei mostrar alguns desses aspectos, evidenciando o que me chamou a atenção: a contiguidade entre *comunidade* e movimento.

Antes de eu conhecer Paracatu de Baixo, Luzia, *atingida* de Paracatu e membro da CABF, descreveu o local a partir de um desenho. Estávamos em uma sala do escritório da Comissão, ela pegou um papel e uma caneta e fez um traço, explicando que representava o rio Gualaxo do Norte; um círculo sobreposto, era a *comunidade*; e alguns pontos em torno do círculo, os *sitiantes* com propriedades maiores com cultivos variados, predominantemente na produção cafeeira e de gado leiteiro, onde os moradores de Paracatu trabalhavam sazonalmente. No centro da *comunidade* está a Igreja de Santo Antônio, única construção que resistiu à *lama* de rejeitos na parte baixa. Na parte alta, algumas casas não foram destruídas, assim como a colina onde está o cemitério.

Seguindo as descrições de Luzia, combinando com as conversas que tive com outras moradoras, especialmente Maria Geralda, Dayanne, Rosalina “Zaia” e Maria das Dores, todas as casas tinham horta e quintal com verduras e frutas, roças com mandioca e feijão. Muitos criavam porcos e galinhas. Alguns tinham cavalos e vacas, outros,

ainda, tinham poços de peixe. Os terrenos das casas eram divididos na família, conforme um filho se casava, uma casa era construída no mesmo terreno. Essa configuração de casas de parentes e vizinhos implicava em uma grande circulação de pessoas, animais, cultivos e alimentos da roça.⁵

As crianças viviam “soltas” e “livres”, como minhas interlocutoras mencionaram, sempre em contraste à vida “presa” na cidade. Segundo Maria Geralda, seus filhos a acompanhavam na roça até a hora da escola. O Ensino Primário e Fundamental I ocorria na escola de Paracatu, o Ensino Fundamental II e Médio na escola do distrito de Águas Claras. Ela me explicou, ainda, que esse movimento entre casas e roças variava de acordo com a época e os cultivos. Na época do café, muitos moradores trabalhavam para os *sitiantes*, como era o caso dela.

Um deslocamento constante para a cidade levava os jovens em busca de trabalho. Eles moravam em Paracatu, mas passavam a semana “em Mariana”. Luzia me descreveu esse movimento que ela também fazia, dizendo que “os filhos” levavam os alimentos como “formiguinhas” para a cidade e voltavam no fim de semana. Maria Geralda contou que as mulheres gostavam de se sentar no único ponto de ônibus, no fim da tarde, para ver os passageiros que chegavam e os que seguiam para a comunidade de Pedras.

Esses movimentos são reforçados nas festas católicas. Cada comunidade tem seu santo padroeiro e sua festa principal, de modo que os moradores transitam por essas localidades, especialmente aqueles que participam da Folia de Reis, cujo itinerário é marcado por diferentes casas e comunidades. A Festa do Padroeiro Santo Antônio é uma “festa de música”, como me explicou Maria Geralda, recebia barracas, shows de cantores sertanejos e gente de vários lugares. Por outro lado, a celebração de Nossa Senhora Aparecida era marcada pela carreata que saía de Paracatu de Baixo e passava em outros distritos, entre eles Pedras, Águas Claras, Cláudio Manoel e Monsenhor Horta.

Os movimentos entre os distritos parecem ser importantes também nas relações de parentesco, a exemplo do casamento de Heleno, “nascido e criado” em Paracatu, e Dayanne, do distrito de Cláudio Manuel. Ela se mudou para a *comunidade*, numa casa

⁵ É importante notar que os movimentos de circulação, troca e deslocamento de gentes, animais e alimentos são aspectos gerais de comunidades rurais. A coletânea organizada por Comerford, Carneiro e Dainese (2015) tem o foco exatamente nos modos de movimentar e “girar”, nos termos da Folia de Reis, nas roças de Minas Gerais. Ressalto que essas análises voltadas aos movimentos de comunidades se distanciam das ideias de isolamento e unidade social, próprias dos estudos de comunidade de meados do século XX, que definiam o campesinato e a separação rural/urbano.

ao lado de seus sogros, Zaia e Paulo. Caso semelhante foi tema de uma matéria no jornal “A Sirene”⁶ (jul. 2020), a respeito de Charles, filho de Jeronimo e Arlinda, naturais de Paracatu, e Lilian, natural de Cláudio Manuel. Em uma conversa que tive com Luzia e Maria Geralda, elas me explicaram que há basicamente três famílias em Paracatu de Baixo: os Oliveira, os Silva e os Gonçalves. Dessa forma, as famílias se mantêm na região a partir dos casamentos, construindo casas nos terrenos de seus antepassados.

O rio Gualaxo do Norte atravessa a *comunidade* com seus fluxos e correntezas. No caminho para Paracatu de Baixo, passando o distrito de Monsenhor Horta, segue-se a estrada tortuosa pelos morros mineiros. Do alto se enxerga o rio cortando o vale. Seguindo o caminho, uma ponte caída em sua margem, resultado do tsunami de *lama*. O rio dessedentava os animais, irrigava as roças e era “o nosso lazer”, como disse Luzia a respeito sobretudo das cachoeiras. Ela continuou seu relato afirmando que, diferentemente da situação da cidade e do reassentamento, Paracatu tinha água em abundância, eram oito nascentes, “as águas eram livres”, concluiu Luzia.

Os movimentos, em diferentes sentidos e manifestados por formas variadas, indicam aspectos da *comunidade*, a partir das narrativas dos moradores elaboradas posteriormente à destruição da terra onde essas manifestações eram possíveis. A possibilidade do movimento garantia o que as *atingidas* e os *atingidos* chamam de “liberdade”. Assim como “as águas”, elas e eles eram livres em Paracatu. Já “em Mariana” a vida nas casas distantes uma das outras é relacionada à “falta de liberdade” e a estar “preso”. Nesse sentido, uma moradora declarou a mim em uma conversa pessoal: “a comunidade tinha paz, liberdade, era unida, família. Tudo acabou, não existe”. Aqui o movimento aparece cessado e a *comunidade* também.

No entanto, a polissemia desses termos contingentes, como minha hipótese sugere, indica linhas de fuga. Os moradores variam entre responder que “são” ou que “eram” de Paracatu. Nas reuniões, os membros da Comissão de Paracatu de Baixo reivindicam o que “a comunidade quer”. Desse modo, pretendo continuar na próxima parte analisando os movimentos que surgiram após o rompimento da barragem de Fundão.

⁶ O jornal “A Sirene – Para Não Esquecer” é organizado pelos *atingidos* da barragem de Fundão, com o apoio técnico da Universidade Federal de Ouro Preto, criado a partir de um acordo entre a Arquidiocese de Mariana e o Ministério Público.

Rotina extraordinária

As *atingidas* e os *atingidos* pela barragem de Fundão afirmam que são “atingidos todos os dias”. A destruição do território em que viviam, a morte de seus animais, a devastação das roças e o desabamento de suas casas permanecem impunes por quase cinco anos. Somado à aniquilação dos modos de vida das comunidades, as mineradoras criminosas controlam onde os *atingidos* moram, quanto eles recebem de indenização mensal, e como organizam o tempo, determinando suas atividades diárias. De acordo com diversos relatos de moradores de Paracatu de Baixo, ou “não tem nada para fazer”, pois estão “presos” na cidade, ou “não tem tempo para nada”, devido à agenda de reuniões semanais com os técnicos e à chegada inesperada de advogados, jornalistas e pesquisadores.

A rotina de reuniões e a imposição dessa “linguagem” se distinguem muito do cotidiano de Paracatu de Baixo. Os moradores dizem que “tudo mudou” e que o “mundo acabou”. O medo e o sofrimento se estendem numa rotina extraordinária, porque é temporária, incerta e ameaçada repentinamente, como ocorreu com o rompimento da barragem em Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019. As *atingidas* e os *atingidos* de Mariana, cerca de 130 quilômetros de distância, sentiram “como se estivesse vivendo tudo de novo”, como testemunhei naqueles dias com os moradores.

A luta das *atingidas* e dos *atingidos* para a “reparação integral” dos direitos é organizada a partir do método comparativo: o que a *comunidade* tinha precisa ser reparado, indenizado e compensado. As reivindicações dos moradores ocorrem por esse método, distinguindo o que “era” e o que “é”, o que “tinha” e o que “tem” em relação às condições de vida “em Mariana” e às propostas do projeto de reassentamento. A seguir articularei três casos que exemplificam esse método em diferentes escalas.

Estava na casa de Maria das Dores, senhora “nascida e criada” em Paracatu de Baixo, quando ela me explicou o processo de escolha de sua residência na cidade. “A Renova queria me colocar numa quitinete!”, ela anunciou indignada, explicando que não poderia aceitar um lugar tão pequeno. Negou-se veementemente, já que em Paracatu ela vivia em uma casa de três quartos grandes, sala, terreiro, quintal, cozinha grande com fogão a lenha, diversas plantações em sua horta, criações e poço de peixe, como descreveu. A Renova argumentou que ela vivia sozinha e o espaço seria suficiente. Maria das Dores continuou: “briguei até conseguir uma casa”. Ainda assim, quando se mudou, recebeu o “kit de móveis” e se surpreendeu novamente com a mesa

de quatro cadeiras: “Um absurdo! Tenho seis filhos e seis netos!”, indicando a impossibilidade do encontro de sua família em casa. Diante disso, ela comprou uma mesa de oito cadeiras.

Esse primeiro exemplo possibilita que eu evidencie um processo maior a respeito do modo de habitar a cidade. Os moradores tentam, mas não podem escolher exatamente suas residências, pois elas são alugadas pela Fundação Renova. Eles se referem às casas como “casas da Renova”, pois não são casas próprias como as de Paracatu eram. No entanto, há um movimento que se constituiu na zona urbana de construção de casas próprias em áreas de “ocupação”. As parcelas de indenizações já recebidas são utilizadas para a aquisição de terrenos em áreas periféricas, onde os moradores constroem suas casas com a ajuda de antigos vizinhos da *comunidade*. Nesse processo, as *atingidas* e os *atingidos* se encontram em bairros escolhidos por elas e eles e podem construir suas casas mais próximas umas das outras, como o caso de Paulo e Heleno, pai e filho, que construíram duas casas em um mesmo terreno na cidade.

O segundo exemplo é a articulação para a realização dos rituais católicos em Paracatu de Baixo. A Igreja de Santo Antônio resistiu à *lama*, mas ainda tem suas marcas marrons por quase toda a fachada. Essa construção é o principal motivo da ida dos moradores a Paracatu de Baixo, sendo que eles reivindicaram o acesso à Igreja para a realização das festas e dos funerais. Esses rituais são ligados àquela terra, àquela Igreja, lugar que dá sentido e é próprio dessas manifestações, assim como cada terra tem seu santo padroeiro, suas festas e seus mortos, como bem me explicou Maria Geralda. A Fundação Renova bloqueava o acesso à igreja até o início de 2018. Após “muita luta” e com o apoio da Arquidiocese de Mariana, os moradores tiveram permissão para usar o templo.

A importância dos rituais católicos foi definida por Maria Geralda em uma conversa que tivemos: “todos são católicos em Paracatu. Quem é de lá mesmo, tem raiz lá”. Comprovando seu argumento, ela analisou a existência de uma igreja evangélica e de uma família que participava dos cultos na *comunidade*: “eles não eram de lá, [...] foram morar em Paracatu”. A partir disso, formulei meu argumento de que os rituais católicos e a Igreja de Santo Antônio atraem a *comunidade* para a terra natal com uma força centrípeta. Apesar das festas estarem diferentes, pois antes eram “mais bonita” e tinham mais gente, como falam os moradores, ainda assim, a *comunidade* festeja Santo Antônio, Menino Jesus, Nossa Senhora Aparecida e a Folia de Reis.

O terceiro e último exemplo que gostaria de mobilizar refere-se a uma reunião de que eu participei com os *atingidos* e os técnicos de arquitetura e engenharia, contratados pela Renova para o projeto de reassentamento. O terreno chamado de Lucila adquirido pela Fundação para o reassentamento de Paracatu de Baixo é no alto de um morro, a cerca de dois quilômetros da *comunidade*; tem seus limites territoriais definidos, o que impossibilita a expansão e a construção de novas casas para os filhos; e, ainda, com um problema agravante que é a escassez d'água. A quantidade e a qualidade de água para uso nas roças, hortas e no cuidado dos animais são debatidas há quatro anos. Os moradores pedem por definições desde a escolha do terreno, ao passo que a empresa afirma que analisará o problema “caso a caso”. Nesse debate, as *atingidas* e os *atingidos* reivindicam a possibilidade de ter um poço de peixe. Elas e eles afirmaram que precisam ser “compensados” pelo que não é possível ser “reparado”, portanto mesmo aqueles que não tinham um poço de peixe em suas residências lutam pela possibilidade de construir no novo terreno.

Limitações como essa que mencionei restringem os modos de vida e as possibilidades dos moradores. A luta das *atingidas* e dos *atingidos* se dá a partir de um método comparativo, mas não restringe o passado a um modelo a ser reproduzido. Os moradores, localizados em um contexto de devastação e desvinculação, recorrem ao passado para desencadear novos movimentos. Segundo eles, é impossível reconstruir a *comunidade*: a terra e o rio estão poluídos; suas casas que, na maioria das vezes, foram casas de seus pais e de seus avós, desabaram; não houve vítimas fatais no momento do desastre em Paracatu de Baixo, mas ao longo desses cinco anos, muitos adoeceram e morreram “de tristeza”. Além do mais, quando estiverem no reassentamento, as crianças já estarão grandes, “não vamos conhecer ninguém”, os vizinhos não serão os mesmos, como sugerem as preocupações de muitos moradores.

Os movimentos da *comunidade* após o rompimento da barragem de Fundão são desencadeados com um movimento através do tempo. O objetivo é possibilitar novos movimentos, que se manifestem em diferentes sentidos. De acordo com a análise de Pereira (2020, p. 271) a respeito especificamente dos sertanejos na caatinga pernambucana, o tempo é memória e movimento. Assim, voltando a Paracatu, o passado cria as possibilidades de movimento ao ser acionado em um processo que ocorre por diferentes narrativas, muitas vezes conflituosas, a respeito de como “era”, quando “foi” e o que “tinha” na *comunidade*.

Nesse cenário, aparece o movimento social na luta da Comissão de Atingidos frente às mineradoras. O duplo sentido intencional indica o mover-se, as linhas de fuga, lembrando da proposta de Goldman (2007), a respeito de movimentos sociais que não se prendem à identidade e à institucionalidade que se convencionou associar a eles. Apesar da importância inicial do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) após o desastre, os moradores de Paracatu de Baixo não se vincularam ao movimento. No entanto, a rotina de reuniões, a “linguagem” e a organização da Comissão se assemelham às configurações descritas por Comerford (1999) acerca de sindicatos rurais em Minas Gerais, e por Guedes (2015) a respeito de garimpeiros goianos associados ao MAB.

De acordo com Mourthé e Alves (2015, p. 183), os movimentos quilombolas são um “universo muito mais móvel que a burocracia estatal ou jurídica”. Aproximo os movimentos das *atingidas* e dos *atingidos* a esse universo móvel, onde a *comunidade* luta pelos seus modos de vida dinâmicos. Tenho o cuidado com esse argumento, justamente para não fomentar ideias de que o desastre e o deslocamento compulsório são da mesma sorte de movimentos, em uma aproximação perversa. Pelo contrário, em minha hipótese ainda em investigação, esses são produtos de uma configuração estática que produz a destruição e a morte.

Assim, enquanto a Fundação Renova opera nos termos da “reconstrução da Nova Paracatu”, os moradores se aliam à terra devastada. As *atingidas* e os *atingidos* lutam pelo reassentamento elencando as diferenças entre os terrenos de Lucila e de Paracatu a partir da escassez de movimento: sem o rio Gualaxo do Norte, sem a estrada que liga a Pedras, sem os mesmos vizinhos, sem a mesma igreja, sem o morro do cruzeiro, sem o mesmo cemitério, sem a terra preparada para a agricultura.

Os movimentos que tentei descrever da *comunidade* de Paracatu de Baixo se aproximam da noção de insurgências, termo de Villela e Vieira (2020, p. 22) definido pelo “movimento de criação contínua das possibilidades de vida, de ativação da potência de pensar, agir e sentir”. A circulação de pessoas entre terrenos e distritos, da roça para a cidade; as trocas de cultivos e alimentos entre parentes e vizinhos; as mobilizações de diferentes tempos; as construções de casas na cidade; as idas à Igreja de Santo Antônio e as reivindicações pela “reparação integral” constituem esse processo de criação de possibilidades de vida articulado pela *comunidade*, cuja particularidade está no enraizamento à terra natal mesmo depois do desastre. Nesse sentido, “ter raiz” difere

de estar “preso”, como remetem à situação na cidade e ao encerramento dos movimentos. A “raiz” em Paracatu cria as possibilidades de viver e de se movimentar.

Considerações finais

Neste texto articulei argumentos e hipóteses de uma pesquisa em andamento. Apesar disso, tentei mostrar as narrativas dos moradores de Paracatu de Baixo a respeito da *comunidade*, dos modos de vida e de seus movimentos, tanto no que chamo de cotidiano ordinário, quanto na rotina extraordinária imposta com o rompimento da barragem de Fundão. Dessa forma, percebi que as narrativas dos moradores são encadeadas pelo método comparativo, uma forma de articular tempos marcados pelo antes e o depois do desastre, em que o passado é utilizado como uma maneira de reivindicar, deliberar e criar movimentos.

As *atingidas* e os *atingidos* agem de forma muito diferente das mineradoras criminosas. Os moradores precisaram “aprender a ser atingido” e “aprender a linguagem”, no estilo dos movimentos sociais, formando a CABF. Contudo, seus movimentos não se reduzem a esse modelo institucionalizado. Eles se expandem, se aliam e se manifestam de muitas maneiras, remetendo às roças, às hortas, aos vizinhos e ao Padroeiro Santo Antônio com o objetivo de lutar pelos direitos de moradia, de água, de terra e de possibilidades de viver e desempenhar seus modos de vida “soltos” e “livres”.

Referências bibliográficas

A SIRENE – Para não esquecer. “Casamento em roça é assim, cheio, né?”. Por Charles Batista e Lilian Batista, com o apoio de Beatriz Ribeiro, Joice Valverde, Júlia Militão. Edição 51, ano 5, jul., 2020, p. 10-11.

COMERFORD, John. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle (org.). *Giros etnográficos em Minas Gerais – casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo*. Rio de Janeiro: 7 Letras: Faperj, 2015.

GOLDMAN, Marcio. “Introdução: Políticas e subjetividades nos ‘Novos Movimentos Culturais’”. *Ilha – Revista de Antropologia*. Florianópolis, v. 9, n. 1 e 2, PPGAS/UFSC, 2007.

GUEDES, André Dumans. “Andança, agitação, luta, autonomia, evolução”. *Ruris*, v. 9, n. 1, 2015.

MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana (org.). *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

MOURTHÉ, Pedro Henrique; ALVES, Yara de Cássia. “Multiplicidades do movimento: um experimento etnográfico sobre caminhadas quilombolas”. *Cadernos de campo*, n. 24, 2015.

PEREIRA, Renan Martins. “O sertão, a seca e o fim”. In.: Vieira, Suzane; Villela, Jorge. *Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020, p. 244-276.

PoEMAS – Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade. *Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)*. Relatório Final, Mimeo, 2015.

VILLELA, Jorge. “Confiscações, lutas anti-confiscatórias e antropologia modal”. In.: Vieira, Suzane; Villela, Jorge (org.). *Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020, p. 277-307.

VILLELA, Jorge; VIEIRA, Suzane. “Introdução”. In.: Vieira, Suzane; Villela, Jorge (org.). *Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020, p. 11-33.